

# REGULAÇÃO NO BRASIL AO LONGO DOS ANOS 1990 E 2000. UMA EXPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS EMPECILHOS E ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Herton Castiglioni Lopes<sup>1</sup>

## RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar a forma de regulação posta em prática pelo estado brasileiro entre os anos 1990 e 2000 expondo os principais empecilhos e estímulos ao desenvolvimento econômico. Para atingir esses objetivos o trabalho faz uso de uma análise das mudanças ocorridas nas formas institucionais definidas a partir da Teoria da Regulação. Nos anos 1990, observa-se que o país adotou políticas neoliberais altamente comprometedoras ao desempenho econômico. Porém, nos anos 2000, essa ideologia começa a se modificar. O estado passa a retomar seu papel de promotor do desenvolvimento, implementando novas modificações nas formas institucionais. As mudanças principais são observadas no mercado de trabalho e nas políticas sociais. Da mesma forma, a gestão monetário-financeira tem se mostrado um pouco menos restritiva. Contudo, muitos avanços ainda são necessários, especialmente a modificação da forma de inserção do país no regime internacional.

**Palavras-Chave:** Brasil; Formas Institucionais; Anos 1990 e 2000.

## REGULATION IN BRAZIL ALONG THE YEARS 1990 AND 2000. AN EXPOSITION OF THE MAJOR OBSTACLES AND STIMULUS TO THE DEVELOPMENT

## ABSTRACT

The aim of this work is to be to analyze the form of regulation implemented by the Brazilian state between 1990 and 2000 exposing the obstacles and stimulus to economic development. To achieve these goals, the work makes use of an analysis of changes in institutional forms defined from the theory of regulation. In the 1990s, it was observed that the country adopted neoliberal policies, highly compromising for economic performance. However, in the 2000s, this ideology begins to modify. The government began to retake its role as promoter of development, promoting new changes in institutional forms. The greater changes are observed in the labor market and social policies. Likewise, the monetary and financial management have been shown to be somewhat less restrictive. However, many improvements are still needed, especially the change in shape of the country's insertion in the international regime.

**Keywords:** Brazil; Institutional forms; Years 1990 and 2000.

**JEL:** B52; E02; E65.

## 1 INTRODUÇÃO

O caso do Brasil, assim como de muitos países latino-americanos, desperta atenção quando se analisa sua opção em termos de política econômica no período que vai da década de 1990 aos anos 2000. Após um período desenvolvimentista

---

<sup>1</sup> Doutor em Economia pela UFRGS Professor Adjunto da UFFS e-mail: [herton.lopes@uffs.edu.br](mailto:herton.lopes@uffs.edu.br)



(que tem início nos anos 1930 com Vargas), o início dos anos 1990 (com os presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso) é caracterizado pelo pouco comprometimento do setor público com políticas desenvolvimentistas. O argumento para por em prática muitas das transformações que marcaram esse período era de que o excesso de intervenção estatal, característica do Processo de Substituição de Importações (P.S.I.), estaria comprometendo a capacidade de crescimento do país e causando uma inflação sem precedentes, que ocorrida devido à irresponsabilidade do estado na condução da política econômica.

Ironicamente, após muitas reformas, a nova opção de política econômica foi incapaz de promover um crescimento forte e sustentado. Pelo contrário, a última década do século passado ficou conhecida como uma nova década perdida. Embora a inflação estivesse controlada, o PIB não correspondeu às expectativas, mostrando um frágil crescimento que resultou particularmente dos problemas da forma de regulação instituída. Como consequência, os anos 2000 abrem espaço para uma nova ideologia. A partir do primeiro mandato do presidente Lula, o estado começa a colocar em exercício uma forma de regulação que se diferencia tanto do antigo desenvolvimentismo do P.S.I. como da ordem neoliberal recente.

Atualmente, uma significativa literatura está em curso procurando justamente definir essa nova forma de crescimento<sup>2</sup>. Apesar de diversos estudos ainda estarem em construção<sup>3</sup>, a proposta desse trabalho consiste em analisar a modificação na forma de regulação da economia brasileira ocorrida entre os anos 1990 e 2000. Procura-se explorar a configuração das formas institucionais no período neoliberal, enfocando os principais entraves ao crescimento. Por outro lado, objetiva-se analisar como o estado alterou a forma de regulação vigente no início dos anos 2000, assim como os estímulos e empecilhos ao desenvolvimento provindos da nova estratégia.

Seguindo o que afirma a Teoria da Regulação, os regimes de crescimento e acumulação do capital, assim como os de crise, são definidos a partir das formas institucionais. Elas são cinco: a forma de relação salarial diz respeito à relação entre

---

<sup>2</sup> Ver Fonseca e outros (2013).

<sup>3</sup> Nesse ponto, uma série de autores tem contribuído significativamente para análise do que vem sendo chamado novo-desenvolvimentismo (Bresser-Pereira e Nakano (2002, 2003), Bresser-Pereira (2004) e Bresser-Pereira e Gala, 2007), que tem como característica a preservação de um “Estado Forte” que garante a existência de um “Mercado Forte”.

capitalistas e trabalhadores e como ocorre a repartição do excedente entre as classes (BOYER, 1990, 2002b); a forma de concorrência se expressa pelo modo como as diferentes unidades produtivas se relacionam no mercado (HOLLARD, 2002) e; a gestão monetária se refere à forma como o governo gerencia o sistema financeiro e a moeda, que define incentivos ou empecilhos aos investimentos produtivos (GUTTMANN, 2002). Os países ainda se relacionam com o resto do mundo e, por isso, existe a necessidade de se observar a forma de inserção do país no regime internacional; que se relaciona tanto ao fluxo de mercadorias como de capitais (BOYER 1990; BRUNO, 2004). Enfim, surge o estado, com papel determinante na configuração e reconfiguração dessa forma de regulação (BOYER; SAILLARD, 2002).

Com vistas a atingir a proposta de trabalho, a seção a seguir discute a modificação das formas institucionais no início da década de 1990 (governos Collor e FHC), procurando demonstrar as dificuldades dessa forma de regulação em promover um crescimento econômico forte e sustentado. Na sequência, analisa-se a nova forma de regulação da economia brasileira a partir do governo Lula, assim como os estímulos ao crescimento e os entraves ainda existentes. A seção 4 apresenta as considerações finais.

## **2 COLLOR E FHC: AS FORMAS INSTITUCIONAIS NOS ANOS 1990**

O final da década 1980 e início dos anos 1990 são marcados por profundas transformações na forma de regulação da economia brasileira. As mudanças representaram uma supremacia do ideário neoliberal sobre a visão desenvolvimentista, que marcou o processo de industrialização das economias periféricas ao longo do século passado. A lógica de reformas contraria o modelo de desenvolvimento defendido pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)<sup>4</sup> e alia-se às políticas recomendadas pelo Consenso de Washington<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Sobre as ideias da CEPAL sugere-se uma leitura dos textos de Bielschowsky (1998; 2000).

<sup>5</sup> A partir de Bresser-Pereira (1992), Bruno (2004, p. 214) resume as diretrizes apresentadas por Williamson no que diz respeito ao Consenso. Estas envolveriam dez reformas: 1) Disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; 2) Mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; 3) Reforma tributária, aumentando os impostos se isso for inevitável, mas a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas; 4) As taxas de juros deveriam ser positivas e determinadas pelo mercado; 5) A taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se, ao mesmo tempo, que fosse competitiva; 6) O comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização do fluxo de capitais); 7) Os investimentos diretos

A culpa pelo fraco desempenho econômico acabou atribuída ao estado, responsabilizado pelo baixo crescimento e inflação (estagflação) das últimas décadas do século XX. Em outras palavras, seriam o intervencionismo e protecionismo excessivos que estariam causando aumentos de preços e ineficiência produtiva. A opção foi uma série de reformas que objetivaram modificar a participação do estado na economia, a relação do país com o exterior, as relações trabalhistas, a forma de concorrência e a gestão monetário-financeira.

A mudança na forma estado teve seu ápice com o amplo processo de privatizações. Com o argumento de amenizar os problemas fiscais do Estado e melhorar a eficiência das empresas públicas, Fernando Collor de Mello propôs a Lei nº 8.031/90, instituindo o Programa Nacional de Desestatização (PND) (SOUZA, 2008). O grande incentivo às compras das empresas estatais foi a aceitação do que ficou conhecido como “moedas de privatização”, ou seja, títulos representativos da dívida federal (REGO; MARQUES, 2005). A lei que lançou o Programa Nacional de Desestatização define claramente a nova orientação do governo. Nela se destacam a ideia de que o estado deveria prover apenas bens de caráter público como saúde, segurança, justiça, etc. A privatização contribuiria para a redução da dívida pública ao mesmo tempo em que permitiria a retomada dos investimentos nas empresas privatizadas, estimulando a modernização do setor industrial e os ganhos de produtividade, que ocorreriam naturalmente com a maior concorrência. A privatização ainda iria fortalecer o mercado de capitais, pois aumentaria a colocação de papéis junto ao público, considerada precária até o momento (BRUNO, 2004). O maior problema é que para uma economia em desenvolvimento e com sérios desequilíbrios estruturais (BRESSER, 2006) a participação do estado é indispensável exatamente para fortalecer as relações de mercado.

A partir da mudança ideológica do Estado altera-se a adesão do país no regime internacional. Destacam-se duas políticas: a de abertura comercial e de liberalização financeira. No primeiro caso, a ideia central era de que o excesso de protecionismo estava tornando à indústria nacional ineficiente, criando um ambiente de pouco estímulo às inovações e ganhos de produtividade. Dessa forma, entre os anos 1980 e 1990, criou-se a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior,

---

não deveriam sofrer restrições; 8) As empresas públicas deveriam ser privatizadas; 9) As atividades econômicas deveriam ser desreguladas; 10) O direito de propriedade deve ser tornado mais seguro.

iniciado um processo de redução das alíquotas de importação. As tarifas médias de importação do período, segundo Rossi Júnior e Ferreira (1999), reduziram-se significativamente. No período de 1989-1993, a tarifa média de importação, que era de 104,97% no período de 1985/88, reduz-se para 34%. Após a implantação do Plano Real (1994/97), a tarifa média de importação caiu para 13,37%. Além do mais, eliminaram-se grande parte das Barreiras Não-Tarifárias (BNTs) herdadas do período de substituição de importações. A consequência foi um significativo aumento nas importações, que giravam em torno de 20,7 bilhões de dólares em 1990, passando para 31,1 bilhões em 1994, e atingindo o pico de 61,3 bilhões de dólares em 1997 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011). No setor financeiro, a ideia era que a liberalização atrairia capital e a economia poderia crescer ancorada na poupança externa (BRESSER, 2006). O resultado foi um fluxo crescente de capitais externos, principalmente a partir de 1992. As reservas internacionais, que giravam em torno de 6,8 bilhões de dólares em 1986, chegaram a 23,7 bilhões em 1992 e eram da ordem de 38,8 bilhões em 1994 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011). Evidentemente, a liberalização também trouxe impactos negativos diversos sobre a economia brasileira. Destaca-se que a ausência de controles de capitais no período levou a diversas crises no balanço de pagamentos, chegando-se à necessidade de desvalorização cambial no ano de 1999.

A abertura comercial e liberalização financeira foram determinantes para implantação de uma nova forma de gestão do mercado de trabalho. A abertura financeira trouxe recorrentes crises que afetaram o setor produtivo. Já a comercial afetou a forma de concorrência no mercado interno, fazendo as empresas procurar ganhos de produtividade (MARKWALD, 2001; BRUNO, 2004) que repercutiram sobre o desemprego devido à incorporação de técnicas poupadoras de mão de obra.

Nesse contexto, o desemprego e falta de competitividade de muitas empresas nacionais foram vistos como decorrência da rigidez nas normas trabalhistas. Em função disso, o Estado pôs em curso uma onda de desregulamentação do mercado de trabalho. Para Krein (2001) aconteceu uma flexibilização na remuneração do trabalho; uma Flexibilização do tempo de trabalho; na contratação do trabalho e na forma de solução dos conflitos. Para o autor essas medidas se constituem em um reforço para um mercado de trabalho já muito flexível, principalmente no que diz respeito à alocação e remuneração do trabalho.

No campo monetário o destaque é o Plano Real de 1994. Além de uma série de medidas que acompanharam a substituição da moeda nacional, aconteceu uma ampla transformação na forma de gestão financeira que passou a ser demasiadamente restritiva, priorizando o controle de preços em detrimento do crescimento econômico. Em destaque está a maior autonomia do Banco Central que passa a priorizar, unicamente, o combate à inflação em prejuízo ao crescimento econômico. Além disso, temendo o efeito *pass-through*, o Brasil adota, desde 1999, o regime de metas de inflação (ARESTIS; PAULA; FERRARI FILHO, 2009)<sup>6</sup>. Na visão pós-keynesiana, isso representa um compromisso muito significativo com a estabilidade de preços e pouco prioriza a estabilidade macroeconômica, que inclui o crescimento do produto. O regime de metas de inflação, juntamente com uma taxa de câmbio flutuante imobilizou a política monetária, prejudicando as políticas anticíclicas do estado (PAULA, 2004). O papel do Plano Real foi intensificar e consolidar a série de reformas que estariam em curso na economia nacional e que colocariam as formas institucionais como subordinadas à forma de inserção no regime internacional, comprometendo a possibilidade de um crescimento econômico sustentado.

### **3 OS ANOS 2000: O GOVERNO LULA E OS INDÍCIOS DE UMA NOVA FORMA DE REGULAÇÃO**

Uma das questões mais importantes a serem observadas no Brasil a partir dos anos 2000 é a modificação que vem sofrendo a forma estado. Uma ampla corrente de autores brasileiros está procurando analisar a nova relação entre estado e mercado, que se coloca como contrapartida às políticas neoliberais dos anos 1990, e que tem estimulado o maior crescimento do período.

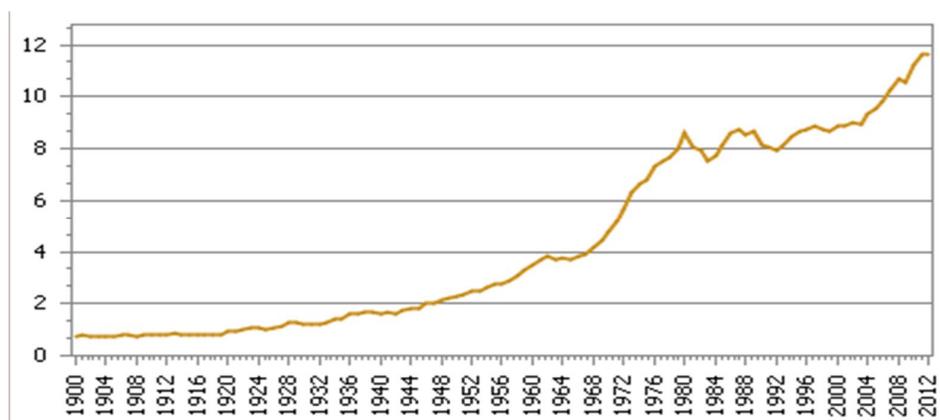
A Figura 1 mostra o crescimento do PIB *per capita* com destaque para os anos 1980, de estagnação, e 2000, quando a economia recupera sua dinâmica. Ao

---

<sup>6</sup> A despeito da análise sobre a implantação do regime de metas de inflação no Brasil, os autores demonstram que o mesmo não tem sido eficiente no sentido de melhorar o desempenho econômico. Isso tanto no que diz respeito ao controle da inflação, que em diversos anos não seguiu o que foi estabelecido pela meta (2001, 2002 e 2003), quanto ao crescimento econômico. Os autores continuam sua crítica fazendo um comparativo do Brasil com outros países emergentes que não utilizam metas de inflação (ex. China, Índia, Malásia) e concluem que a inflação se manteve baixa e esses países ainda experimentaram taxas de crescimento superiores ao Brasil no período de 1993 a 2005.

contrário do período imediatamente anterior, nos primeiros anos da década passada observa-se uma forte trajetória de crescimento. Os estímulos para esse desempenho podem ser observados na forma de regulação posta em prática pelo governo brasileiro que, embora sujeito a críticas severas, se mostrou mais eficiente que o neoliberalismo do período anterior. Nessa mudança de regulação, o próprio estado passa a ocupar posição de destaque na medida em procura estabelecer uma série de políticas mais voltadas ao crescimento. Ainda que sua capacidade financeira tenha sido comprometida, basta observar que na crise mundial de 2008 tratou de colocar em curso uma série de medidas de caráter anticíclico (redução das taxas de juros, aumento de empréstimos, isenções fiscais, políticas industriais, etc.).

Figura 1 – Evolução do PIB per capita do Brasil (1900-2012)



Fonte: Ipeadata (2014)

Países em desenvolvimento sofrem de uma série de problemas estruturais que carecem de intervenção pública. No Brasil, o processo de industrialização demandou grande participação do estado, inclusive como provedor de bens e serviços que a iniciativa privada não tinha condições de oferecer. Como decorrência, o estado brasileiro sofreu uma grave crise financeira nos anos 1980 e 1990 (BRESSER-PEREIRA, 1989). Depois de um enxugamento nas contas públicas, o Estado retomou sua capacidade de planejamento.

Nesse contexto, uma das mudanças mais significativas tem sido observada justamente no mercado de trabalho. Após a rápida flexibilização nas relações trabalhistas, que repercutiu negativamente sobre a geração de emprego e renda dos anos 1990, o estado têm proporcionado significativos benefícios para classe trabalhadora e para os socialmente excluídos. Do ponto de vista dos rendimentos,

observaram-se ganhos reais representativos no salário mínimo<sup>7</sup> que se somam a uma política de redistribuição de renda com fortes impactos sociais (exemplo disso é o programa bolsa família). A repercussão dessa política é óbvia: age do ponto de vista da demanda, criando um mercado de consumo amplo para manter a produção acelerada. Durante os anos 2000, o nível de desemprego ficou muito baixo, ressuscitando debates sobre a possibilidade de a economia vivenciar o pleno emprego de recursos<sup>8</sup>.

No que diz respeito à forma de inserção do país no regime internacional, os anos 1980 e 1990 foram marcados por uma forte abertura comercial e financeira que engessaram a política macroeconômica e a colocaram como dependente dos objetivos de estabilização monetária. A abertura comercial dos anos 1990 somada à sobrevalorização cambial desarticulou a indústria nacional trazendo prejuízos significativos em termos de desempenho econômico (aumentou o desemprego, o empobrecimento, a exclusão social, a marginalização, etc.). A abertura financeira, por seu turno, aumentou fluxo de capitais de curto prazo, estimulando o ingresso de divisas, mas trazendo grande vulnerabilidade aos choques externos.

A abertura comercial foi elemento que trouxe graves problemas a dinâmica de crescimento da década passada. Nesse período, o aumento abrupto de concorrência não deixou tempo para adequação produtiva das empresas nacionais. Passadas duas décadas, a indústria nacional apresenta-se adaptada à forma de competição que se processa em âmbito mundial e o principal ponto a ser discutido são os estímulos governamentais à manutenção de uma taxa de câmbio competitiva. Ou seja, que coloque o setor produtivo nacional em condições de concorrer no mercado externo. Esta questão apresenta-se intimamente relacionada à atração do fluxo de divisas que tende a sobrevalorizar o Real reduzindo a competitividade do país no mercado mundial. Nesse caso, o estado brasileiro ainda tem uma tarefa importante, pois deve manter o câmbio em níveis adequados, garantindo a competitividade da indústria no exterior.

No que diz respeito à gestão monetária a mudança ainda é modesta, mas sinalizou certa preocupação com o desenvolvimento. Enquanto as taxas de juros aumentaram significativamente na década de 1990 e a estabilidade se manteve a

---

<sup>7</sup> Desde o Plano Real o salário real tem crescido consideravelmente no Brasil. No governo Lula os salários reais quase duplicaram.

<sup>8</sup> No final de 2010, a taxa chega a menos de 6%, segundo o IBGE (2014).

principal prioridade, a partir dos anos 2000 os gestores da política monetária vêm se mostrando mais preocupados com o crescimento. A taxa de juros praticada pelo banco central, apesar de uma das mais elevadas do planeta, apresentou forte tendência de queda, somente voltando a crescer em meses recentes por medo de um retorno da inflação. Em outubro de 2012 a taxa *Selic* chegou a 7,25% a.a. enquanto nos anos 1990, raros foram os períodos em que ficou abaixo dos 20% a.a. É evidente, contudo, que a maior autonomia da política monetária está ancorada na estabilidade de preços obtida nos anos 1990, no volume significativo de reservas, que permitem que a taxa de juros assuma tendência de queda sem que o estrangulamento externo se apresente e na maior abundância de capitais.

Se o conceito de desenvolvimento requer considerar questões relativas à melhoria nas condições de vida da população, a nova fase vivenciada pelo Brasil a partir dos anos 2000 parece deixar claro algumas mudanças. Uma delas diz respeito a distribuição de renda. Em 2011, o índice de Gini foi de 0,527, enquanto nos anos 1990 situou-se sempre próximo a 0,6. Segundo o IPEA trata-se do menor índice desde 1960.

Apesar da forma de regulação posta em evidência a partir dos anos 2000 dividir opiniões, se torna necessária porque a conjuntura econômica dos países em desenvolvimento mudou consideravelmente. Por isso a necessidade de fortalecer o estado. Não é mais possível ignorar o processo de globalização que tem avançado em ritmo alucinante os últimos anos. Deve-se agir no sentido de tirar o maior proveito possível desse novo contexto. Isto implica a afirmação dos estados nacionais enquanto planejadores e potencializadores do crescimento.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho o objetivou discutir as modificações na forma de regulação no Brasil a partir dos anos 1990. Para isso, partiu de uma análise da configuração das formas institucionais observando os estímulos e restrições ao crescimento econômico.

Observa-se que a configuração das formas institucionais dos anos 1990 foi altamente prejudicial ao desempenho econômico. A forma de relação salarial foi problemática porque desestimulou a demanda efetiva por meio de restrições salariais e trouxe uma série de problemas sociais. Foi um período em que uma

extensa literatura crítica se desenvolveu analisando os problemas de desemprego, alta rotatividade da mão de obra, redução salarial, precarização das relações de trabalho, etc. A crise agiu prejudicando os ganhos dos trabalhadores em troca da manutenção da acumulação de capital nas grandes empresas transnacionais (Bruno, 2004). Da mesma forma, a abertura comercial e financeira, que caracterizou a forma de inserção do país no regime internacional, trouxe uma diversidade de problemas. A rápida e repentina abertura comercial desarticulou o parque produtivo nacional, agravando problemas sociais pelo contingente de trabalhadores que ficou desempregado. A abertura financeira fez o país ficar dependente do fluxo de recursos de curto prazo, comprometendo significativamente a autonomia financeira da nação. Basta observar que eram comuns as crises financeiras no Brasil e nos países latino americanos. Essa mesma dinâmica acabou por balizar os fundamentos da forma de gestão monetária. Apesar da grande vitória de estabilização inflacionária (Plano Real), a dependência de capitais externos levou a uma política monetária restritiva, com altas taxas de juros que reduziram as oportunidades de investimentos lucrativos. Nessa dinâmica perversa, por questão ideológica e problemas financeiros, o estado nacional passa a ser mero observador; refém de um capitalismo financeiro que cresce à custa do setor produtivo.

Essa dinâmica foi relativamente modificada nos anos 2000. O estado brasileiro alterou a forma de regulação da economia e recuperou sua capacidade de fazer política econômica. Os resultados positivos foram observados de forma mais intensa na forma de relação salarial, com o estado agindo positivamente não apenas para melhorar a demanda efetiva, mas também contribuindo para amenizar os problemas sociais. A gestão monetário-financeira também se apresenta menos restritiva. Apesar dos aumentos recentes, pelo temor da inflação, observa-se uma taxa de juros declinante ao longo dos últimos anos. Quanto à forma de concorrência, a abertura comercial trouxe grandes problemas à indústria nacional, mas, passado o pior período, estimulou a inovação e o progresso técnico, mesmo que algumas questões ainda despertem preocupação (ex: perigo de desindustrialização e reprimarização da pauta de exportações)

É importante destacar que, mesmo com uma configuração macroeconômica mais propícia ao crescimento, muitos problemas ainda carecem de solução. A forma de inserção do país no regime internacional parece a mais problemática. A

dependência do país de fluxos financeiros é elemento de preocupação mesmo que o volume de reservas seja considerável. Além de serem capitais de curto prazo, tendem a sobrevalorizar o câmbio, prejudicando a competitividade das empresas brasileiras no exterior. Essa apreensão se estende à gestão monetária, pois o fluxo de capitais depende principalmente de uma taxa de juros elevada, que afeta as oportunidades de investimento lucrativas. Exatamente em função disso, o estado deve ser capaz de colocar em prática políticas econômicas que amenizem os problemas de uma economia em desenvolvimento. Nesse sentido, a participação do estado deve ser responsável e eficiente para não comprometer as potencialidades das políticas futuras. O Estado deve manter-se forte junto aos mercados (BESSER, 2006) e, exatamente por isso, os extremos de neoliberalismo e populismo são preocupantes. Para autores como Fonseca et al. (2013) o caso brasileiro é paradigmático, pois não se trata de um retorno ao desenvolvimentismo e, muito menos, uma continuidade de um neoliberalismo sem limites. Trata-se de uma nova forma de promoção do desenvolvimento sem os exageros dos extremos ideológicos.

## REFERÊNCIAS

ARESTIS, P.; PAULA, L. F.; FERRARI FILHO, F. A nova política monetária: uma análise do regime de metas de inflação no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 1-30, abr. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema gerenciador de séries temporais**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

BIELSCHOWSKY, R. Evolución de las ideas de la CEPAL. **Revista CEPAL**. Número Extraordinario, p. 21-45, Oct. 1998,

BIELCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L.C. A mudança no papel do Estado na economia brasileira. In: ODÁLIA, N. **O desenvolvimento ameaçado**: perspectivas e soluções. São Paulo: Editora da UNESP, 1989b. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1988/88.MudançaDoPapeldoEstadoNaEconomiaBrasileira.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Novo-Desenvolvimentismo. **Folha de S. Paulo**, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**, 2006. Disponível: <<http://www.bresserpereira.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Estratégia nacional e desenvolvimentismo. **Revista de economia política**, v. 26, n. 2, p. 203-230. abr./jun. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; GALA, P. Por que a poupança externa não promove crescimento. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 1, p. 3-19, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L.C; NAKANO, Y. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. **Revista de Economia Política**, v. 2, n. 3, p. 3-27, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L.C; NAKANO, Y.. Crescimento com poupança externa. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 2, p. 3-27, 2003

BOYER. R. **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

BOYER. R. Perspectives on the wage-labour nexus. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. **Regulation Theory: The state of the art**. Paris: La Découverte & Syros, 2002b.

BOYER, R; SAILLARD, Y. A summary of regulation theory. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. **Regulation Theory: The state of the art**. Paris: La Découverte & Syros, 2002.

BRUNO, M. A. P. **Crescimento econômico, mudanças estruturais e distribuição as transformações do regime de acumulação no Brasil**: uma análise regulacionista. 2004. 711 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, P.C.D., CUNHA, A.M.; BICHARA, J.S. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 403-428\_maio/ago. 2013.

GUTTMANN, R. Money and credit in regulation theory. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. **Regulation Theory: The state of the art**. Paris: La Découverte & Syros, 2002.

HOLLARD, M. Forms of competition. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. **Regulation Theory: The state of the art**. Paris: La Découverte & Syros, 2002.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasília, 2014.

MARKWALD, R. A. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década. **Revista Brasileira de Comercio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 68, p. 1-28, 2001. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br/material/rbce/68-Integra%C3%A7ao-RM.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2010.

PAULA, L. F. R. A questão da autonomia do Banco Central: uma visão alternativa. **Indicadores FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 253-264. 2004.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROSSI JR., J. L; FERREIRA, C. **Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial**. Textos para discussão n. 651. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0651.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2010.